



## ANEXO III - TERMO DE REFERÊNCIA

### 1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1 O objeto do termo de referência é a **Permissão de uso de espaço público em caráter precário e oneroso para a exploração por pessoa jurídica do Parque de Exposições (Praça de Alimentação, Estacionamento e Área destinada a Parque de Diversão) durante o FESTIVAL CULTURAL DA FESTA DE SANTANA a ser realizado nos dias 24, 25, 26 e 27 de julho de 2024, no município de Guaraciaba – MG**, conforme especificações e quantitativos discriminados neste Termo de Referência e demais anexos do Edital.

Item	Descrição	UNIDADE	QUAN	LANCE MÍNIMO
01	Permissão de uso de espaço público em caráter precário e oneroso para a exploração por pessoa jurídica do PARQUE DE DIVERSÕES, durante o FESTIVAL CULTURAL DA FESTA DE SANTANA a ser realizado nos dias 24, 25, 26 e 27 de julho de 2024, no município de Guaraciaba – MG. Área aproximada de 2.300 m <sup>2</sup>	Serviço	01	R\$ 10.000,00
02	Permissão de uso de espaço público em caráter precário e oneroso para exploração remunerada, por pessoa jurídica, de área pública para PRAÇA DE ALIMENTAÇÃO (comercialização de alimentos e bebidas) durante o evento FESTIVAL CULTURAL DA FESTA DE SANTANA a ser realizado nos dias 24, 25, 26 e 27 de julho de 2024, no município de Guaraciaba – MG. Área aproximada de 5.000 m <sup>2</sup> Barracas nas medida 3,0 x 3,0. Permitido o número máximo de 16 barracas.	Serviço	01	R\$ 15.000,00
03	Permissão de uso de espaço público em caráter precário e oneroso para exploração remunerada de área pública para comercialização de ESTACIONAMENTO DE VEICULOS durante o evento FESTIVAL CULTURAL DA FESTA DE SANTANA 2024, que acontecerá nos dias 24, 25, 26 E 27 de julho de 2024. Área aproximada de 10.000 m <sup>2</sup>	Serviço	01	R\$ 7.000,00

Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar, assim fica registrado que os itens que se pretende contratar/adquirir especificados neste instrumento são de natureza comum por manterem padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos neste Termo de Referência, e por conter especificações usuais de mercado.



- 1.1. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021, e decreto municipal.
- 1.2. O prazo de vigência da contratação será até 30/08/2024, contados da assinatura do contrato na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 1.3. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

## **2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

- 2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

## **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO**

- 3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

## **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

### **Sustentabilidade:**

- 4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.

### **Indicação de marcas ou modelos (Art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021):**

- 4.2. Na presente contratação não será admitida a indicação de marcas, característica, ou modelo,

### **Subcontratação**

- 4.3. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

## **5- MODELO DE EXECUÇÃO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**

- 5.1 A empresa contratada para praça de alimentação, deverá, preferencialmente, dispor de barracas que detenham o mesmo padrão, não sendo aceitável a montagem de barracas de estilos muito diferentes. Deve-se primar por tendas de mesma cor e características.

- 5.1.1 A praça de alimentação deverá dispor das seguintes características:

- 5.1.2 BARRACA 3M x 3M - Locação e instalação (montagem e desmontagem), confeccionadas em metalon galvanizada e lona anti - hamas, preferencialmente na cor branca, com balcão na frente e laterais.



5.1.3 Quantidade máxima: 16 barracas

5.1.4 O quantitativo (quantidade de barracas) acima apresentados, poderá ser reduzido em até 30% aprox. do seu total (16 barracas), caso a empresa entenda viável. Quanto ao tamanho, em metros quadrados das barracas, as medidas acima se referem ao tamanho máximo a ser respeitado pela empresa, valendo esclarecer que a metragem total estimada de barracas deve ser respeitada.

5.1.5 É de responsabilidade da contratada toda mão de obra para montagem, inclusive a parte elétrica e operação dos equipamentos, transporte, alimentação e hospedagem.

5.1.6 Todos os equipamentos e estruturas para utilização no evento deverão estar limpos e em ótimo estado de conservação, não sendo admitidos equipamentos e materiais danificados ou em condições precárias de uso. As estruturas metálicas deverão apresentar boa qualidade, sem oxidação, limpas e com pintura em bom estado de conservação.

5.1.7 Todo o lixo produzido pelas equipes na montagem, desmontagem e operação dos equipamentos será de responsabilidade da Permissionária.

5.1.8 Toda a estrutura deverá ser desmontada e transportada em até 24 (vinte e quatro) horas após o término do evento. Tal condição justifica-se pela liberação das vias públicas para trânsito, bem como os espaços públicos onde serão montadas as estruturas.

5.1.9 Todo material necessário para fixação e segurança dos equipamentos é de total responsabilidade da empresa Permissionária.

5.1.10 Os funcionários da empresa responsável pela montagem e desmontagem deverão estar devidamente uniformizados e com equipamentos de proteção individual, conforme normas técnicas vigentes.

5.1.11 A empresa deverá disponibilizar, no mínimo, um técnico de montagem durante todo o evento em que estiver prestando o referido serviço para eventuais necessidades técnicas como correção e/ou trocas de materiais caso solicitadas pelo Permitente, e/ou visita técnica de órgãos fiscalizadores.

5.1.12 É PROIBIDO o descarte de gordura nas dependências da área de eventos.

5.1.13 Ao final de cada dia será feita uma vistoria nas barracas por responsáveis indicados pela Secretaria de Cultura para verificar o correto descarte de gordura.

5.1.14 É expressamente proibida a venda de bebidas alcoólicas a menor de 18 anos.

5.1.15 Por motivos de segurança do público é proibida a distribuição de quaisquer materiais quebráveis, cortantes ou perfurantes como garrafas de vidro, talheres de metal, etc.



5.1.16 A fabricação de fichas para venda de produtos é de responsabilidade da Permissionária, quando esta julgar conveniente a sua utilização.

5.1.17 A segurança e limpeza interna das barracas e do espaço ao redor, são de responsabilidade da Permissionária.

5.1.18 Poderão ser utilizados fogões a gás, desde que respeitadas as medidas de segurança de praxe.

5.1.19 A segurança dos materiais de utilização própria da Permissionária (estoques, máquinas e equipamentos, utensílios, etc.) são de responsabilidade da Permissionária.

5.1.20 Deverão estar inclusos nos valores do objeto todos os custos diretos e indiretos, tais como transporte, carga, descarga, montagem, desmontagem, mão-de-obra, hospedagem e alimentação da equipe, se necessário, bem como todas as despesas que vierem a incidir sobre a prestação dos serviços.

5.1.21 A praça de alimentação será vistoriada e fiscalizada pela Vigilância Sanitária Municipal, e seu funcionamento estará condicionado a liberação do Alvará Sanitário, que deverá ficar exposto em local visível aos consumidores.

5.1.22 O espaço em frente ao Parque de Exposições destinado a parque de diversões e área recreativa deverá ser utilizada somente para este fim.

5.1.23 A Prefeitura Municipal de Guaraciaba sugere que os brinquedos que irão compor o parque de diversões tenham pelo menos uma roda gigante, carrinho bate/bate, roda estrela, twister, minhocão e brinquedos infláveis.

5.1.24 Todos os brinquedos deverão estar em perfeitas condições de uso e estado de conservação, e deverá ser realizada a vistoria e liberação do Corpo de Bombeiros em até 24 (quarenta e oito) horas antes das festividades.

5.1.25 A área destinada ao Parque de Diversões poderá ser explorada do dia 23 de julho de 2024 (4ª feira) ao dia 28 de julho de 2024 (domingo), podendo a critério da permissionária ser montado a partir do dia 20 de julho de 2024, tendo em vista ser uma cultura da cidade, onde em anos anteriores o parque sempre é montado dias antes do evento e permanece dias depois.

5.2 Os serviços do objeto desta contratação serão executados de acordo com Normas e procedimentos estabelecidos neste documento, e será executado nos locais indicados no Estudo Técnico Preliminar.

5.3 A empresa vencedora deverá montar toda a estrutura com antecedência de no mínimo 24 (vinte e quatro) horas de antecedência da abertura do evento, que será no dia 24 de julho de 2024 as 20:00 Horas.



5.4 Todos os brinquedos deverão estar em perfeitas condições de uso e estado de conservação, e deverá ser realizada a vistoria e liberação do Corpo de Bombeiros 24 (quarenta e oito) horas antes das festividades ou da utilização.

5.5 A área de estacionamento deverá contar com pessoal qualificado para guarda dos veículos automotores, sendo toda a responsabilidade por qualquer dano da permissionária.

5.5 O município não se obriga a receber equipamentos/serviços que não estejam de acordo com as especificações e exigências discriminadas neste termo; caso haja alguma divergência quanto às especificações dos serviços do Anexo I, a licitante terá 08 (oito) horas para substituir o item as suas expensas, não podendo, em nenhuma hipótese, causar prejuízos à realização do evento;

## **5. MODELO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

5.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

5.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

5.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

5.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

5.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

5.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)), e pelo decreto municipal nº 106/2023.

5.7. Para cumprir as atividades de gestão fica designado o Senhor Jorge Luiz Barbosa conforme portaria nº 007/2024, para gestão do contrato e a senhora Flávia Cabral Senna para fiscalização do contrato.





## **6. CRITÉRIOS DE RECEBIMENTO**

### **Recebimento**

7.1 Será considerado entregue o objeto pela CONTRATANTE a CONTRATADA, tão logo que realizado o pagamento pela concessão a administração, oportunidade em que será concedido o alvará para exploração do espaço durante a realização do evento, que ocorrerá de 24 a 27 de julho de 2024.

### **Prazo de pagamento**

**7.2 O valor da permissão de uso exploração comercial do objeto desta licitação deverá ser através de boleto bancário emitido pelo setor de tributação, (titularidade do vencedor do certame), ou em conta bancaria a ser informada pela administração até o dia 19 de julho de 2024.**

7.3 No caso de atraso do pagamento, os valores devidos ao município serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) de correção monetária.

## **7. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO**

### **Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

7.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo **MAIOR PREÇO/LANCE POR ITEM**.

### **Forma de fornecimento**

7.2. A prestação do serviço será de forma total.

### **Exigências de habilitação**

7.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

### **Habilitação jurídica**

7.4. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

7.5. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

7.6. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;



7.7. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

7.8. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução [Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).

7.9. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

**Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

7.10. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#).

7.11. **Agricultor familiar:** Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do [art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021](#).

7.12. **Produtor Rural:** matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da [Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009](#) (arts. 17 a 19 e 165).

7.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

### **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

7.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

7.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos



à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

7.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

7.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

7.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

7.19. Prova de regularidade com a Fazenda [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

7.20. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

7.21. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

### **Qualificação Econômico-Financeira**

7.22. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação ([art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021](#)), ou de sociedade simples;

7.23. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - [Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II](#));

### **Qualificação Técnica**

7.24. Para os itens 1 e 2 será exigida qualificação técnica onde a empresa deverá apresentar a A.R.T. (Atestado de Responsabilidade Técnica) com o responsável técnico pela montagem dos equipamentos barracas e parque de diversões, assinada por engenheiros devidamente credenciados pelo CREA/CFT, 24 (vinte e quatro) horas antes da realização das festividades.

7.25. A praça de alimentação será vistoriada e fiscalizada pela Vigilância Sanitária Municipal, 24 (vinte e quatro) horas antes da realização das festividades, e seu funcionamento estará condicionado a liberação do Alvará Sanitário, que deverá ficar exposto em local visível aos consumidores.





## **8. ESTIMATIVAS DO VALOR DA PERMISSÃO**

- 8.1. O valor mínimo da permissão é de R\$ 32.000,00 (Trinta e dois mil reais).

Guaraciaba, 13 de junho de 2024.

Marcus Gomes Ferreira da Silva  
Secretário Municipal de Cultura, Esportes, Lazer e Turismo

